

# A trama contra a Nação

O sentimento anticapital estrangeiro, tido como inimigo da Pátria, é generalizado na República, propagando-se dos gabinetes do Planalto aos corredores do Congresso. Em entrevista à TV espanhola, o presidente da República queixou-se amargamente de que os bancos privados, há dois anos, excluíram o Brasil do rol dos países que merecem novos empréstimos; o embaixador Rubem Barbosa, que foi à França negociar com o Clube de Paris, manifestou estranheza por terem os organismos oficiais de crédito deixado de emprestar ao Brasil. Todos se perguntam, embaixados, como donzela ofendida em seu pundonor, que teria feito o governo da oitava economia do mundo livre para merecer tal discriminação. Há quem sugira, timidamente, como causa a moratória decretada em fevereiro. Ninguém se pergunta, porém, se esse distanciamento não decorre do fato de, lá fora, os bancos não estarem sujeitos às determinações do Banco Central do Brasil, e também da circunstância de o ministro Funaro ter tratado os credores como se fossem esmoleiros que deveriam fazer fila para ter a honra de saber se poderiam receber parte do que lhes era devido pelo Estado brasileiro, que eles, credores, acreditavam ter orgulho em honrar seus compromissos.

Os credores estavam enganados: o Estado brasileiro, a julgar pela decisão de seus representantes, deseja que os credores emprestem mais, sem que seja necessário pagar-lhes. Assim, os membros da cogula da Unicamp — que continua agindo em Brasília — esperam salvar o Brasil, imaginando que o caminho para a terra da Promissão passa pela queda do sistema financeiro internacional. Não se trata de ilações fundadas em antagonismos políticos, mas de constatações decorrentes da simples observação da realidade.

A prova de que se vive neste clima mais próximo da insanidade mental que do surrealismo foi dada pelo sr. Adroaldo Moura da Silva, vice-presidente de Operações Internacionais do Banco do Brasil. Para sua política executada a partir de 20 de fevereiro começa a produzir efeitos nefastos: os bancos credores elevaram o *spread* nas operações de curto prazo. Em outras palavras, tornou-se mais caro importar e mais difícil exportar. E não é só nesse aspecto que se evidencia o efeito bumerangue da quase-paranóia dos que pretendem destruir o sistema financeiro internacional

com pronunciamentos que lembram mais discursos de alunos de segundo grau, impregnados de marxismo vulgar do que de reputados (?) economistas: o gesto dos “sete grandes”, afora o do governo do Japão, colocando fundos à disposição dos países subdesenvolvidos, pode não ser aproveitado pelo Brasil, em virtude das “restrições políticas internas” a que se negocie com o Fundo Monetário Internacional. Em síntese, o embaixador Rubem Fonseca foi a Paris explicar que a divulgação do programa econômico está atrasado e dizer que será submetido ao FMI em prazo hábil — mas não terá recebido instruções para comunicar aos técnicos do FMI que, seja ou não de seu agrado, terão de concordar com o que nele estiver escrito. A soberania nacional impede que se aja diferentemente e que se negocie como pessoas normais e governos responsáveis.

O Executivo brasileiro trilha o caminho que levará o Brasil ao isolamento, senão ao completo descrédito no mundo internacional. Em Veneza, o primeiro-ministro japonês mencionou alguns países que mereciam a preocupação do Japão: na América do Sul, Argentina e Bolívia! Silêncio sobre o Brasil, pela simples e boa razão de que não sabe como tratar um devedor inadimplente que, além de arrogante, dá evidentes sinais de pretender comportar-se como Napoleão diante da Europa dos reis e imperadores — com a diferença de que não tem nem o gênio nem os exércitos do Corso.

Enquanto os bancos credores deixam entrever com toda a clareza que traçaram sua política com relação ao governo brasileiro e que ela persegue objetivos que podem ser convergentes ou não — tudo dependendo do Executivo em Brasília —, as autoridades planaltinas timbram em desconhecer o óbvio, isto é, que os bancos tiveram o cuidado de provisionar fundos, demonstrando que a inadimplência brasileira não os levará à falência e que manifestaram a intenção de negociar. A sucessão de atos de provisionamento de fundos para devedores duvidosos não foi compreendida pelas autoridades brasileiras, que persistiram em dizer que só negociarão com os bancos se eles adiantarem os juros devidos este ano, mais um pouco no ano que vem; obtida essa demonstração de boa vontade, aí sim, o governo brasileiro faria solene declaração de que suspenderá a moratória. Ora, sejamos patriotas de fato e deixemos

de ser cínicos. O que está em jogo é o futuro da Nação, que não pode ser comprometido por uma visão paranóica da realidade, pelo desejo de alguns nefelibatas de dobrar o capital financeiro internacional e pelo nacionalismo tacanho de outros, que imaginam ser os donos do Brasil, só porque estão temporariamente no poder.

Agora já se sabe que, ao invés de obter *spreads* menos onerosos e de poder acumular vultosas reservas como o México, o Brasil está pagando mais caro pelo que importa e gravando suas exportações. Até quando vai continuar esse alheamento da realidade? Não se pode acreditar que toda essa ausência de política — que em si é uma política — tenha sido determinada pela ignorância. Deve ser dito com clareza, à vista dos fatos, que existe no Executivo a firme intenção de criar uma tal situação de crise no relacionamento do Brasil com os bancos credores que as repercussões internas dela comprometam a ordem econômica e social e, por decorrência, a institucional. Só aqueles que apostam no golpe de Estado podem admitir que se conduzam dessa maneira tão estúpida as negociações com os credores. Só aqueles que almejam o caos para consolidar posições de mando e desfrute das mordomias podem dar seu aval a essa política que, antes de mais nada, desorganiza pelo tumulto a economia nacional. Todos os quadros intelectuais da cogula foram mobilizados para produzir argumentos que levem os mais ingênuos a acreditar na impossibilidade de negociações sérias com os bancos.

A trama, posta em execução no momento em que o Plano Cruzado mobilizou os *Panzergranadiere* do sr. Dilson Funaro, está agora clara como a luz do dia. Já havíamos alertado a opinião pública para o intento de desorganizar as atividades produtivas, presente nas ações do Executivo durante a vigência do Plano Cruzado. Chamamos a atenção agora para o lento mas seguro desenvolvimento da segunda etapa do plano sinistro, que objetiva conduzir o Brasil ao confronto com a comunidade financeira internacional, única maneira que a cogula vê para, a pretexto de salvar a dignidade nacional, empalmar o poder com o apoio dos *moçambicanos* e *albaneses* que estão na Constituinte e em várias outras áreas sensíveis do Executivo, além dos estrangeirados do grupo da *poire*.